

ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Loulé II - Vale da Rosa

ICNF 348/17

Proposta de Regulamento Interno

CAPÍTULO I

Natureza e Objetivos da ZIF

Artigo 1º (Natureza)

A Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Caldeirão/Loulé II – Vale da Rosa é uma área territorial contínua, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF). É gerida por uma única entidade, que se rege pelo presente Regulamento Interno, pelas deliberações da Assembleia-Geral de Aderentes, bem como pelas disposições aplicáveis pelo Decreto-Lei N.º 127/2005 de 5 de Agosto, na sua atual redação.

Artigo 2º (Objeto)

O presente Regulamento Interno define os objetivos específicos da ZIF da Serra do Caldeirão/Loulé II – Vale da Rosa, estabelece os deveres e direitos dos proprietários e produtores florestais aderentes, as regras de funcionamento da ZIF, os direitos e deveres da Entidade Gestora.

Artigo 3º (Objetivos)

Tem como principais objetivos:

1. Contribuir para o ordenamento da Serra do Caldeirão no sentido de alcançar uma gestão mais eficiente e sustentada dos vários recursos florestais;
2. Contribuir para a caracterização e continuidade do conhecimento do espaço florestal da Serra do Caldeirão;

3. Planear e coordenar as ações de âmbito agro-florestal e de uso-múltiplo que se realizem no espaço da ZIF;
4. Contribuir para a redução das condições de ignição e propagação dos incêndios florestais;
5. Incrementar a vigilância do espaço florestal na época de maior risco de incêndio;
6. Incentivar e ajudar os proprietários na recuperação das suas propriedades ardidas, de acordo com as melhores práticas florestais;
7. Coordenar as ações da ZIF com as disposições de outros agentes no território, nomeadamente com a administração local e central;
8. Contribuir para a implantação de infra-estruturas de prevenção e combate a incêndios florestais.
9. Procurar canalizar incentivos financeiros que viabilizem os objetivos referidos nos pontos anteriores.

Artigo 4º (Área de Intervenção)

A área de intervenção da ZIF, que corresponde a uma área de 3979,73 hectares, está incluída nas freguesias de Salir e Ameixial, concelho de Loulé distrito de Faro, conforme mapa em anexo.

CAPÍTULO II

Gestão da ZIF

Artigo 5º (Entidade Gestora da ZIF)

A nomeação da Entidade Gestora da ZIF será decidida pelos proprietários florestais aderentes, em reunião a realizar posteriormente. A entidade gestora irá ser responsável por assegurar a gestão da ZIF por um mandato de cinco anos, sendo posteriormente sujeita a nova aprovação podendo este mandato ser sucessivamente renovado por períodos idênticos ou diferentes, mediante deliberação da Assembleia-Geral de Aderentes.

Artigo 6º (Responsabilidades da Entidade Gestora)

São responsabilidades da entidade gestora:

- a) Promover a gestão profissional conjunta das propriedades que a integram;
- b) Promover a concertação dos interesses dos proprietários florestais;
- c) Elaborar de um PGF para a área ZIF;
- d) Apresentar candidaturas para o financiamento de âmbito comunitário e/ou nacional;
- e) Elaborar outros elementos estruturantes para a ZIF, que constam do artigo 14º do Decreto-Lei 127/2005 na sua atual redação;
- f) Recolher, organizar e divulgar os dados e informações relevantes da ZIF;
- g) Garantir a coordenação das atividades comuns;
- h) Promover a regularização do inventário da estrutura da propriedade na ZIF e a regularização dos respetivos elementos de registo;
- i) Colaborar com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios na preparação e execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) e no Plano Operacional Municipal (POM);
- j) Colaborar com outras entidades públicas ou privadas de idêntico âmbito territorial ou funcional;
- k) Apresentar anualmente em Assembleia-Geral de Aderentes o plano anual de atividades e o relatório e contas;
- l) Promover reuniões de Assembleia-Geral de Aderentes da ZIF sempre que seja necessário atualizar os planos da alínea c) do presente artigo;
- m) Cumprir as regras e procedimentos estabelecidos no regulamento interno de funcionamento da ZIF.

Artigo 7º (Gestão da ZIF)

A constituição da ZIF, não interferindo com os direitos de propriedade, deve possibilitar a gestão integrada das propriedades, de forma a repartir custos e maximizar meios.

A gestão da ZIF será feita com base no PGF. Esta gestão pretende ordenar os espaços, viabilizar economicamente as explorações agro-florestais e garantir a sustentabilidade desses espaços. A execução destes planos é da responsabilidade dos proprietários, exceto se tal responsabilidade for cometida à Entidade Gestora mediante acordo entre as partes.

Artigo 8º (Plano de Gestão Florestal)

A gestão da ZIF será orientada segundo um PGF, de carácter obrigatório, que deverá ser elaborado pela Entidade Gestora da ZIF e subscrito pelos proprietários aderentes. Este Plano será elaborado segundo o disposto no Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de Janeiro na sua atual redação, deverá seguir as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Algarve, atender aos instrumentos municipais e especiais de ordenamento do território e respeitar os interesses dos proprietários florestais.

CAPÍTULO III

Receitas e Despesas

Artigo 9º (Receitas)

Constituem receitas da ZIF:

- a) Jóias/Quotas dos aderentes, cujo valor foi aprovado em Assembleia-Geral de Aderentes, definem-se pelos seguintes valores, a pagar mensalmente pelos proprietários com propriedades dentro da ZIF: 1€ para proprietários com 0 a 5 hectares, 1,5€ para proprietários com 5 a 10 hectares, 2€ para proprietários com 10 a 20 hectares, 2,5€ para proprietários com 20 a 50 hectares e 3€ para proprietários com áreas superiores a 50 hectares, sendo estes valores aprovados para um período mínimo de um ano, podendo posteriormente ser alterados em Assembleia-geral de Aderentes;
- b) Subsídios, financiamentos de apoio à floresta, doações ou quaisquer outros bens que sejam postos à sua disposição por organismos estatais, entidades públicas ou privadas, aderentes ou quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas;
- c) Contribuições financeiras dos aderentes, bem como, prémios, incentivos e outras receitas que lhes sejam atribuídas nos termos da lei e das condições definidas no presente regulamento interno;

d) 10% do produto das coimas resultantes das infrações cometidas em ZIF, sempre que a Entidade Gestora dê notícia ai ICNF de situações que indiciem a prática de contra ordenações previstas no Dec-Lei 127/2006 de 5 de Agosto na sua atual redação.

Artigo 10º (Despesas)

Constituem despesas da ZIF:

- a) Todas as decorrentes do exercício das suas atividades de ordenamento, gestão e exploração florestal, ou outras iniciativas consoante as intenções da Entidade Gestora e as decisões tomadas em Assembleia-Geral de Aderentes;
- b) As compensações aos proprietários florestais pela perda de rendimento, devido a infra-estruturas obrigatórias e decorrentes dos planos aprovados que atravessem as suas propriedades. Os termos da compensação são definidos em Assembleia-Geral de Aderentes, aquando da aprovação da execução das infra-estruturas em causa;
- c) Os encargos que derivem da adesão da ZIF a Federações ou outros organismos;
- d) As despesas que lhe forem impostas pela lei vigente.

Artigo 11º (Fundo Comum)

- a) O Fundo Comum é constituído pelas receitas referidas no Artigo 9º.
- b) O Fundo Comum visa fazer face às despesas referidas no Artigo 10º.
- c) Ao Fundo Comum corresponde uma conta bancária aberta em nome da Entidade Gestora.

CAPÍTULO IV

Adesão à ZIF

Artigo 12º (Proprietários Aderentes)

- a) Poderão ser Aderentes todas as pessoas singulares ou coletivas, que sejam proprietários ou produtores florestais, desde que possuam propriedades inseridas na área ZIF e cuja atuação não seja incompatível com os objetivos preconizados.
- b) O não cumprimento do Regulamento Interno, do PGF pode implicar a exclusão da ZIF, mediante aprovação em Assembleia-Geral de Aderentes, conforme votação definida pelo Artigo 19º.

Artigo 13º (Admissão de Aderentes)

- a) Os proprietários e produtores florestais que pretendam aderir à ZIF deverão solicitar por escrito a admissão à Entidade Gestora;

b) A admissão de proprietários e produtores florestais é da competência da Entidade Gestora e de acordo com decisão aprovada em Assembleia-Geral de Aderentes. A admissão deverá ser celebrada por escrito.

Artigo 14º (Jóia/Quotização)

a) Todos os aderentes ficam sujeitos ao pagamento de uma jóia/quota com valor a fixar em Assembleia-Geral de Aderentes;

b) Os critérios para o cálculo do valor da jóia/quota de cada aderente serão definidos e aprovados em Assembleia-Geral de Aderentes.

Artigo 15º (Direitos e Deveres dos Aderentes)

a) São deveres dos aderentes:

1. Participar ativamente na Assembleia-Geral de Aderentes e apresentar à Entidade Gestora propostas de ações concretas, sugestões, pedidos de informação e esclarecimento, entre outras;
2. A regularização do inventário da estrutura das suas propriedades e dos respetivos elementos de registo, enquanto parcelas integrantes da ZIF;
3. Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente o consignado no presente Regulamento ou em Assembleia-Geral de Aderentes;
4. Participar ativamente na vida associativa, comparecendo às reuniões da Assembleia-Geral de Aderentes, colaborando com a Entidade Gestora, trabalhando em comissões e grupos de trabalho, apresentando propostas e sugestões de ações concretas a desenvolver pela mesma, colaborando nas ações e contribuindo por qualquer forma ao seu alcance para o prestígio da ZIF;
5. Cumprir o PGF;
6. Cumprir os Planos Específicos de Intervenção Floresta;
7. Respeitar a existência de marcos divisionais das propriedades;
8. Cumprir o pagamento da jóia/quota estipulado.

b) São direitos dos aderentes:

1. A possível transação das suas propriedades (e partilha pelos seus herdeiros), transferindo-se, obviamente, os direitos e as obrigações para o novo proprietário;
3. Recorrer à Assembleia-Geral de Aderentes, de qualquer decisão da Entidade Gestora;
4. O respeito pela existência de marcos divisionais das propriedades;

5. Beneficiar das ajudas de âmbito nacional e comunitário que forem aprovadas para a ZIF, desde que enquadrado na candidatura;
6. Possuir o direito de votar nas decisões do funcionamento da ZIF, desde que tenha os seus deveres cumpridos.

Artigo 16º (Assembleia Geral de Aderentes)

- a) A Assembleia-Geral de Aderentes é constituída pela totalidade dos Aderentes, sendo o órgão supremo da ZIF, cujas deliberações, tomadas nos termos legais e regulamentares, são vinculativas;
- b) O sistema de votação foi definido e aprovado na primeira Assembleia-Geral de Aderentes, regendo-se a partir deste momento pelo art.º 19 do presente Regulamento;
- c) A Assembleia-Geral de Aderentes reúne ordinariamente até 31 de Março de cada ano para a apreciação e votação do Relatório e Contas apresentado pela Entidade Gestora e no mês de Dezembro para apreciação e votação do Orçamento e Plano de atividades para o exercício seguinte;
- d) A Assembleia-Geral de Aderentes reúne extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora e ainda quando requerida por um quinto dos Aderentes;
- e) Os Aderentes são convocados para a Assembleia-Geral de Aderentes, pelo Presidente da Mesa, com pelo menos dez dias de antecedência;
- f) Quando à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos Aderentes com direito a voto, a Assembleia reúne, validamente, com qualquer número de Aderentes, trinta minutos após a referida hora.

Artigo 17º (Mesa da Assembleia Geral de Aderentes)

- a) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes é formada por três elementos: Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- b) Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes só podem ser eleitos desde que possuam os seus deveres cumpridos;
- c) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes é eleita por votação dos Aderentes em Assembleia-Geral, sendo o mandato por períodos de 5 anos;

d) Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral podem ser destituídos por pedido de pelo menos dois terços dos Aderentes.

e) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes tem como funções: Convocar as Assembleias-Gerais de Aderentes; Dirigir os trabalhos das Assembleias-Gerais e assegurar a ordem e disciplina das mesmas.

Artigo 18º (Sistema de Votação)

- a) A eleição da Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes e a admissão de novos Aderentes realiza-se por votação direta, sendo aprovado pela maioria dos proprietários aderentes presentes; enquanto a exclusão de Aderentes realiza-se por voto secreto, sendo igualmente aprovado pela maioria dos proprietários aderentes presentes;
- b) A aprovação e alteração do Regulamento Interno realiza-se por votação direta e conforme estabelecido no Artigo 23º;
- c) Aprovação e Alteração do Plano de Gestão Florestal e Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios realiza-se por votação direta, em que cada proprietário aderente presente tem direito a 1 voto, exceto quando possui procuração de outro aderente dando-lhe poder de representação e votação. As propostas são aprovadas pela maioria dos votantes presentes.
- d) Aprovação de outras propostas com deliberação pela Assembleia-Geral de Aderentes realiza-se do mesmo modo que o disposto na alínea c) deste artigo.

CAPÍTULO V

Duração e Extinção da ZIF

Artigo 19º (Duração)

A ZIF tem uma duração de cinco anos, automaticamente renovável por período semelhante e assim sucessivamente por tempo indeterminado.

Artigo 20º (Alteração e Extinção)

- a) A área territorial da ZIF pode ser objeto de alteração com uma periodicidade não inferior a um ano;
- b) A ZIF pode ser extinta por iniciativa dos aderentes, devendo estes representar, no mínimo, 50% da área da ZIF;

c) Os proprietários florestais que decidam sair da ZIF podem fazê-lo após aprovação de um PGF pela Autoridade Florestal Nacional;

d) A alteração e a extinção da ZIF são objeto de despacho do Presidente da Autoridade Florestal Nacional;

f) Em caso de dissolução, a Entidade Gestora ficará confinada à prática dos atos necessários à ultimate das atividades pendentes de compromissos assumidos e de liquidação do património social;

g) Em caso de dissolução, o património da ZIF terá o destino que lhe for traçado pela Assembleia-Geral de Aderentes, em concordância com a lei vigente.

Artigo 21º (Disposições Legais)

A ZIF reger-se-á pelas regras estabelecidas neste Regulamento e na sua falta, pelas disposições legais aplicáveis e subsidiárias.

Artigo 22º (Aprovação do Regulamento Interno)

a) O presente regulamento interno foi apresentado na primeira Assembleia-Geral de Aderentes realizada e sujeito a votação na segunda Assembleia-geral de Aderentes.

b) A sua aprovação necessita da votação favorável da maioria relativa dos aderentes presentes na Assembleia-geral de Aderentes.

c) O presente regulamento pode ser alterado mediante deliberação da Assembleia-Geral de Aderentes, aprovada pela maioria dos votos a que a totalidade dos proprietários florestais aderentes tenham direito.
